



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 330 /SGM/P/2017

Supremo Tribunal Federal

20/04/2017 15:05 0019174



Brasília, 20 de abril de 2017.

A Sua Excelência a Senhora
Ministra ROSA WEBER
Supremo Tribunal Federal
Praça dos Três Poderes
70175-900 - Brasília/DF

PETIÇÃO DIGITALIZADA

Referente: **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 442.**
Informações da Câmara dos Deputados.

Senhora Ministra,

Trata-se da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF n. 442, com pedido de liminar, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, em que se requer a declaração de não recepção parcial dos artigos 124 e 126, ambos do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei n. 2.848/1940).

Alega, em síntese, que “as razões jurídicas que moveram a criminalização do aborto pelo Código Penal de 1940 não se sustentam, porque violam os preceitos fundamentais da dignidade da pessoa humana, da cidadania, da não discriminação, da inviolabilidade da vida, da liberdade, da igualdade, da proibição de tortura ou tratamento desumano ou degradante, da saúde e do planejamento familiar de mulheres, adolescentes e meninas (Constituição Federal, art. 1º, incisos I e II; art. 3º, inciso IV; art. 5º, *caput* e incisos I, III; art. 6º, *caput*; art. 196; art. 226, § 7º)” (fl. 1).

Assim, pugna pela concessão de medida liminar para: 1) suspender as prisões em flagrante, os inquéritos policiais e o andamento de processos ou efeitos de decisões judiciais que pretendam aplicar ou tenham aplicado os artigos 124 e 126



CÂMARA DOS DEPUTADOS

do Código Penal em casos de interrupção induzida e voluntária da gestação nas primeiras doze semanas de gravidez; 2) reconhecimento do direito constitucional das mulheres de interromper a gravidez e dos profissionais da saúde, de realizar o procedimento nas doze primeiras semanas de gestação.

No mérito, requer a declaração de não recepção parcial dos artigos 124 e 126 do Código Penal, pela ordem constitucional vigente, a fim de excluir de seu âmbito de incidência a interrupção da gestação induzida e voluntária realizada durante as doze primeiras semanas de gestação.

São esses, em síntese, os fatos de interesse.

Passo a prestar as informações de interesse.

Inicialmente, registre-se que os dispositivos impugnados, constantes do Decreto-Lei n. 2.848, estão em vigor desde a edição do Código Penal, de 7 de dezembro de 1940, tendo ingressado no sistema jurídico brasileiro há mais de setenta e seis anos.

Diante disso, resta impossível o reconhecimento do "*periculum in mora*" para concessão de medida cautelar. Não apenas a norma impugnada está vigente a quase oito décadas, mas, na hipótese, ação de teor idêntico já poderia ter sido ajuizada desde a regulamentação da arguição de descumprimento de preceito fundamental, em 1999. Esses dois fatos indicam a inexistência do requisito de urgência que deve necessariamente embasar o provimento cautelar. Nesse sentido, é o entendimento desse Supremo Tribunal Federal:

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao pronunciar-se sobre esse específico aspecto concernente à questão do "*periculum in mora*", já advertiu, por mais de uma vez, que o tardio ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade, quando já decorrido lapso temporal considerável desde a edição do ato normativo impugnado, desautoriza o reconhecimento de situação alegadamente configuradora do "*periculum in mora*", o que inviabiliza a concessão da medida cautelar postulada. (ADI 4.856-MC/DF, Relator Min. Celso de Mello - grifei).

O tardio ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade, quando já decorrido lapso temporal considerável desde a edição do ato normativo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

impugnado, desautoriza – não obstante o relevo jurídico da tese deduzida – o reconhecimento da situação configuradora do 'periculum in mora', o que inviabiliza a concessão da medida cautelar postulada. (...). (RTJ 152/692-693, Rel. Min. Celso de Mello - grifei).

O lapso temporal decorrido entre o começo da vigência da lei questionada e o ajuizamento da ação é de mais de seis anos. Incorre o requisito do "periculum in mora", essencial ao acolhimento da medida cautelar. Liminar indeferida. (ADI 1.950-MC/SP, Rel. Min. Nelson Jobim – grifei)

E não é só. A atual redação dos artigos impugnados é originária do texto do Decreto-Lei n. 2.848/1940. Tem-se, portanto, que os dispositivos em comento foram editados pela autoridade competente segundo o procedimento fixado à época de sua edição, nos termos do artigo 180 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937, o que indica a sua recepção formal pelo texto da Constituição Federal de 1988 com *status* de lei ordinária.

No que atine ao mérito das alegações, faz-se mister salientar que o crime de aborto previsto nos artigos 124 e 126 do Decreto-Lei n. 2.848/1940 está inserido, no Código Penal, no título dos crimes contra as pessoas, no capítulo dos crimes contra a vida.

Percebe-se, pois, que os delitos em questão possuem como bem jurídico a ser tutelado a vida humana intrauterina. Assim, a prática do crime de aborto significa atentar contra a vida, direito fundamental inviolável, resguardado pelo artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal - CF, dispositivo este que não faz distinção entre a vida extra e intrauterina.

Todavia, esse direito à vida intrauterina não é absoluto e o próprio Código Penal, em seu artigo 128, I e II, prevê duas causas excludentes de ilicitude do crime de aborto, a saber: 1) se não há outro meio de salvar a vida da gestante; 2) e se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Ademais, outra hipótese de exclusão do crime de aborto foi estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF n. 54, oportunidade em que ficou assentado que não se punirá a interrupção da gestação de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

feto anencéfalo. Verifica-se, entretanto, que, nesse caso, o STF não analisou a vida em si, mas a potencialidade de vida, tendo em conta a premissa da inviabilidade do feto anencéfalo. Se não há vida, não há que se falar em crime.

Nessa medida, o marco legal da criminalização do aborto está adequado. Protege-se a vida, a dignidade da pessoa humana, fundamento maior da República Federativa do Brasil, independentemente da fase em que a gestação se encontra, nos termos do artigo 5º, *caput*, da CF. Demais disso, o legislador escolheu as hipóteses em que o aborto será permitido, seja para proteção da vida da mulher (no caso de aborto terapêutico), seja para salvaguarda dos direitos sexuais da mulher diante de violência sofrida (aborto sentimental).

Caso o Supremo Tribunal Federal declare a não recepção dos artigos 124 e 126 do Código Penal, excluindo de seu âmbito a interrupção da gravidez induzida e voluntária realizada durante as doze primeiras semanas de gestação, estará, em verdade, descriminalizando a conduta, adentrando a competência legislativa do Congresso Nacional, atuando como verdadeiro legislador positivo onde sequer há omissão legislativa, violando-se a separação de poderes e atentando-se contra a soberania popular, manifestada por seus representantes eleitos. A vontade do legislador deve ser observada, haja vista que representa a vontade do povo. A descriminalização da conduta, se for o caso, deverá ocorrer por intermédio do Poder Legislativo. Ressalte-se que, quando teve a oportunidade de apreciar essa matéria, ao analisar o Projeto de Lei n. 1.135, de 1991, a Câmara dos Deputados rejeitou a descriminalização do aborto, considerando a proposta inconstitucional e inoportuna no mérito, como é possível depreender dos pareceres da Comissão de Seguridade Social e Família e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Diário da Câmara dos Deputados, 18.7.2008, p. 33.972 e ss.).

Nesse contexto, cumpre a esta Presidência informar, ainda, que tramitam na Câmara dos Deputados proposições que preveem a proteção da vida desde a concepção, entre elas: a Proposta de Emenda à Constituição - PEC n. 164/2012, que "estabelece a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção"; o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei - PL n. 8.116/2014, que “dispõe sobre a proteção ao nascituro”; o PL n. 478/2007, que “dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências”, entre outras. Tramitam, também, projetos que descriminalizam o aborto, como, por exemplo, o PL n. 4.403/2004, que “acrescenta inciso ao art. 128 do Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal”; e o Projeto de Lei n. 882/2015, que “estabelece as políticas públicas no âmbito da vida sexual e dos direitos reprodutivos e dá outras providências”.

Essas são as informações que tinha a prestar a Vossa Excelência, rendendo protestos de meu mais alto apreço.


RODRIGO MAIA
Presidente